



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO Nº 01/2022

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, nos termos da Lei nº 11.788/08, de 25 de setembro de 2008, torna pública a realização de Processo Seletivo por meio de Prova On-line para o preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva para estágio remunerado.

1 –DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Poderão participar do processo seletivo:

- a) estudantes regularmente matriculados, com frequência efetiva nos cursos vinculados ao ensino público ou particular nas Instituições de Ensino de nível superior, cursando a partir do 5º (quinto) semestre ou 3º (terceiro) ano para o curso de Direito e Psicologia, cursando a partir do 2º (segundo) semestre ou 1º (primeiro) ano para o curso de Gestão de Recursos Humanos e a partir do 3º (terceiro) semestre ou 2º (segundo) ano para os demais cursos, observando a política de Estágio de cada Instituição de Ensino e em consonância com a Lei 11.788/08, em especial o art. 1º, § 2º, da mencionada legislação;
- b) estudantes graduados dos cursos de Direito e Pedagogia, regularmente matriculados em instituições de ensino público ou privado, com frequência efetiva no curso de pós-graduação de Direito e Pedagogia, onde a atividade de estágio deverá estar prevista no projeto pedagógico do curso, desde que seja verificada a compatibilidade das atividades realizadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;
- c) brasileiro ou estrangeiro com visto de permanência no país;
- d) que não tenha sido exonerado a bem do serviço público;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais, quando maior de 18 anos, e com as obrigações militares, quando do sexo masculino.
- f) não ter realizado estágio por período igual ou superior a dois anos no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, exceto pessoas com deficiência, conforme art. 11 da Lei 11.788/08.

1.2. Na data de início do estágio, o estudante deve ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos, conforme previsto no § 5º, do art. 7º, da Resolução nº 1 do CNE/CEB, de 21 de janeiro de 2004 (Conselho Nacional de Educação).

1.3. O valor da bolsa-auxílio corresponderá:

- a) R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) mensal, para nível superior;
- b) R\$ 3.550,00 (três mil quinhentos e cinquenta reais) mensal, para pós-graduação.

1.4. O valor do auxílio transporte corresponderá a R\$ 189,20 (cento e oitenta e nove reais e vinte centavos) mensal para todos os cursos.

1.5. O estágio não contempla outros benefícios, tais como auxílio-alimentação, auxílio-saúde e similares.

1.6. A duração do estágio será de até 02 (dois) anos consecutivos, sem prorrogação, exceto para o estagiário com deficiência, conforme prevê o art. 18 do Decreto Judiciário nº 2390/2013.

1.6.1. A vigência mínima do contrato de estágio deverá ser de 06 (seis) meses.

1.7. A jornada de atividade em estágio para nível superior será de 25 (vinte e cinco) horas semanais, distribuídas em 05 (cinco) horas diárias. A jornada de atividades em estágio para nível de pós-graduação será de 30 (trinta) horas semanais, distribuídas em 06 (seis) horas diárias, ressalvados os casos em que a matriz curricular da Universidade ou Conselhos de Profissões impeçam tal jornada de estágio.

1.7.1. No caso de estudantes portadores de deficiência a carga horária será de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias.

1.8. O Programa de Estágio do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás funciona no período das 12h às 19h e para os estudantes de pós-graduação em Pedagogia funciona no período das 7h às 19h.

2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1. A inscrição é gratuita e deverá ser efetivada no site do CIEE – www.ciee.org.br.

2.2. Antes de efetuar a inscrição, o estudante deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos, incluindo os cursos dispostos no Anexo I.

2.3. No ato da inscrição, o candidato deverá indicar a comarca de interesse para a realização do estágio, conforme Anexo I.

2.4. O candidato que não observar a compatibilidade do seu curso com o quadro disposto no Anexo II, terá sua inscrição anulada.

2.5. Não será permitido alterar a opção da comarca escolhida no momento da inscrição.

2.6. As inscrições e provas on-line serão recebidas somente via internet, pelo site: www.ciee.org.br, no período de **20/01/2022 até às 12h (horário de Brasília) do dia 19/02/2022**, incluindo sábados, domingos e feriados. Não serão aceitas outras formas de inscrição.

2.6.1. Para realizar sua inscrição no processo seletivo, o candidato deverá acessar o site do CIEE www.ciee.org.br, clicar no acesso para “ESTUDANTES”, localizar na lista de “PROCESSOS SELETIVOS” o logotipo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e clicar neste link.

2.7. No ato da inscrição, o candidato deverá informar dados pessoais e escolares válidos. Caso declare algum dado errado, poderá corrigir, desde que não tenha iniciado a prova on-line.

2.7.1. Para fazer a correção o candidato deverá excluir a inscrição e refazê-la dentro do período determinado no item 2.6, do edital.

2.7.2. Após o término do período de inscrição, não será permitida nenhuma correção nos dados declarados pelo candidato.

2.7.3. Caso o candidato tenha iniciado a prova on-line, não será permitida, em hipótese alguma, a correção dos dados declarados na ficha de inscrição.

2.8. Não será possível alterar o e-mail e CPF indicados no ato da inscrição.

2.9. O e-mail declarado deve ser um e-mail válido, para que toda a comunicação do processo seletivo seja realizada através dele.

2.10. Será aceita somente uma única inscrição por candidato.

2.11. O candidato inscrito no Programa Bolsa Universitária – OVG deverá, no ato da inscrição, fazer *upload* de um dos documentos comprobatórios relacionados abaixo para fins de desempate, a saber:

- a) termo de Compromisso ou Prorrogação do Termo de Compromisso para recebimento do benefício Bolsa Universitária referente ao período 2021/2;
- b) declaração emitida pela OVG com data atual, não superior a 30 dias;
- c) comprovante de Renovação do Benefício 2021/2 com título 'Portal do Bolsista', com emissão não superior a 30 dias.

2.12. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CIEE do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher os dados de forma completa e correta.

2.13. O não recebimento da comunicação por e-mail dirigida ao candidato por extravio, por informações de endereço eletrônico incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas ou por qualquer outro motivo, não desobriga o candidato do dever de consultar o Edital e as publicações pertinentes ao processo seletivo no site do CIEE.

2.14. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais, comunicados, convocações e/ou qualquer divulgação referente a este processo seletivo no site do CIEE (www.ciee.org.br), bem como manter atualizado o seu cadastro no site do CIEE.

2.15. O TJ/GO e o CIEE não se responsabilizam por inscrições e prova on-line não realizadas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicações, congestionamentos das linhas de comunicações, falta de energia elétrica, bem como de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.16. O candidato que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL, conforme Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, deverá indicá-lo no ato da inscrição.

2.16.1. Na inscrição, no campo “nome completo”, deverá ser informado o nome civil, conforme documento de identificação oficial.

2.16.2. O nome social será utilizado em toda a comunicação pública do processo seletivo, sendo considerado o nome civil apenas para as etapas internas (formalização do Termo de Compromisso de Estágio), para a devida identificação do candidato, nos termos legais.

2.17. O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola poderão, a qualquer tempo, verificar as informações fornecidas no ato da inscrição e tomar as medidas judiciais cabíveis, podendo o candidato, em caso de informações falsas ou inverídicas, ser desclassificado do presente processo, acionado judicialmente e desligado, caso eventualmente tenha sido aprovado e contratado.

3 – DO PROGRAMA DE COTAS:

3.1. Nos termos do art. 17, § 5º, da Lei nº 11.788/2008, fica assegurada reserva de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada curso às pessoas com deficiência.

3.1.1. O candidato com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, no § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista) e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça: “O candidato com visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas às pessoas com deficiência”.

3.3. O candidato com deficiência deverá se autodeclarar no ato da inscrição e fazer upload do laudo médico (documento original ou cópia legível) com emissão no prazo máximo de 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com a perda da função e a expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID), assinatura e carimbo contendo o CRM do médico responsável por sua emissão, bem como a provável causa da deficiência, informando, também, o nome do candidato.

3.3.1. O candidato com deficiência auditiva, além do laudo médico, deverá fazer upload do exame de audiometria tonal recente (no máximo de 12 meses) nas frequências 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, conforme art. 5º, § 1º, I, alínea "b", do Decreto nº 5.296, de 02/12/2004.

3.4. Não sendo comprovada a situação descrita no item 3.2, o candidato perderá o direito de ser admitido para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

3.5. As pessoas com deficiência que solicitarem um recurso de acessibilidade deverão fazer o upload do laudo médico, comprovando a condição para atendimento.

3.6. O tempo para a realização das provas poderá ser diferente daquele definido para os demais candidatos, desde que requerido justificadamente e descrito em laudo médico oficial.

3.7. Em caso de aprovação, o candidato poderá apresentar o laudo médico original ou cópia autenticada, se solicitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ou pelo Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE.

3.8. O candidato que não enviar laudo, conforme item 3.4, será considerado inscrito somente para vagas de ampla concorrência.

3.9. Ficam reservadas aos candidatos negros ou pardos 30% das vagas oferecidas e estes participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, conforme CNJ nº 336, de 29 de setembro de 2020.

3.10. Só poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem negros ou pardos no ato da inscrição e realizarem o *upload* da autodeclaração, conforme o quesito cor ou raça no padrão utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.11. Os nomes dos candidatos que se declararem pessoa com deficiência e/ou autodeclararem negros ou pardos, serão divulgados em lista específica e em lista de ampla concorrência.

4. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

4.1. As inscrições e provas on-line serão realizadas gratuitamente no período de **20/01/2022 até às 12h00min (horário de Brasília) do dia 19/02/2022.**

- 4.2.** Ao término da inscrição, o candidato estará apto a iniciar a prova on-line.
- 4.3.** O candidato só poderá acessar a prova com o login e senha cadastrados durante a inscrição.
- 4.4.** Ao logar no sistema de acesso a prova, o candidato receberá via SMS ou e-mail o código de confirmação para liberação do acesso à prova on-line.
- 4.5.** O candidato terá 120 (cento e vinte) segundos para responder cada questão. Caso não responda dentro do tempo determinado, o sistema gravará a resposta em branco e seguirá automaticamente para a próxima questão.
- a) Após a conclusão da questão ou término do tempo previsto, esta não poderá mais ser acessada.
- b) As questões serão selecionadas do banco de dados e apresentadas de forma randômica, questão por questão.
- 4.6.** Caso queira desconectar e retomar a prova em outro momento, desde que no período de inscrição e prova on-line, clique em “Responder e sair da prova”.
- 4.7.** A desconexão por qualquer outro motivo, salvo a do item anterior, acarretará a perda de 1 (uma) questão. Ao realizar nova conexão, a questão não será visualizada novamente e sua resposta será nula, sem direito à substituição da questão.
- 4.8.** O candidato é responsável pela realização da prova em conexão estável e segura.
- 4.9.** O candidato que não realizar a prova on-line será automaticamente eliminado do processo seletivo.
- 4.10.** Este processo seletivo é composto por 01 (uma) etapa de prova objetiva on-line, a qual será eliminatória e classificatória.
- 4.10.1.** Poderá ser exigido do candidato aprovado na 1ª etapa (prova on-line), como parte do processo seletivo, entrevista e/ou avaliação prática para avaliação de perfil e levantamento de habilidades, sendo esta também de caráter eliminatório.
- 4.11.** A prova de nível superior será composta de 20 (vinte) questões, sendo 05 (cinco) de língua portuguesa, 05 (cinco) de noções de informática, 05 (cinco) de atualidades e 05 (cinco) de conhecimentos específicos. A prova de pós-graduação será composta de 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de língua portuguesa, 05 (cinco) de noções de informática, 05 (cinco) de atualidades e 15 (quinze) de conhecimentos específicos. Todas as questões serão baseadas nos conteúdos programáticos dispostos no Anexo II deste edital.
- 4.12.** As provas serão randômicas e realizadas on-line, no período estabelecido no item 4.1. deste edital.
- 4.13.** Recomendações antes do início da prova:
- a) certifique sua disponibilidade de tempo para realizar a prova;
- b) procure um local tranquilo e silencioso;
- c) realize a prova individualmente, sem consulta ou apoio de outros materiais ou pessoas;
- d) procure acessar a prova em um local que ofereça internet banda larga;
- e) não abra mais de uma janela/aba do navegador;
- f) certifique se o navegador está com o JavaScript ativado;

4.14. Durante a realização da prova, o candidato não poderá abrir mais de uma janela/aba do navegador de internet.

4.15. Acarretará a eliminação do candidato ou anulação da questão, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas mencionadas no item 4.12 deste edital.

4.16. Para cada acerto será computado 01 (um) ponto.

4.17. Somente será classificado o candidato de nível superior que tiver nota igual ou superior a 50% do total da prova. E para os candidatos de pós-graduação a nota deverá ser igual ou superior a 70% do total da prova.

4.18. Em caso de empate na classificação de Ensino Superior, o desempate será feito pelos seguintes critérios:

- a) o candidato que obtiver a maior pontuação nos conhecimentos específicos;
- b) o candidato oriundo do Programa Bolsa Universitária da OVG;
- c) o candidato que obtiver maior pontuação em língua portuguesa;
- d) o candidato que obtiver maior pontuação em atualidades;
- e) o candidato que obtiver maior pontuação em informática;
- f) o candidato que tiver maior idade.

4.19. Em caso de empate na classificação de pós-graduação, o desempate será feito pelos seguintes critérios:

- a) o candidato que obtiver a maior pontuação nos conhecimentos específicos;
- b) o candidato que obtiver maior pontuação em língua portuguesa;
- c) o candidato que obtiver maior pontuação em atualidades;
- d) o candidato que obtiver maior pontuação em informática;
- e) o candidato que tiver maior idade.

5.DAS DIVULGAÇÕES DE RESULTADOS E RECURSOS

5.1. O gabarito (espelho da prova) estará disponível no dia **21/02/2022**, no site do CIEE (www.ciee.org.br) no espaço do candidato.

5.2. Serão admitidos recursos quanto ao gabarito da prova objetiva, os quais deverão ser encaminhados eletronicamente até as 23:59 (horário de Brasília) do dia **22/02/2022** para o endereço recursos@ciee.org.br, em formulário específico, disponível para download no site do CIEE www.ciee.org.br.

5.3. Não serão aceitos recursos por via postal, *fac-símile* ou outro meio não previsto neste Edital.

5.4. Não serão aceitos os recursos enviados fora do prazo indicado no item 5.2, bem como aqueles que não contiverem dados necessários à identificação do candidato ou for redigido de forma ofensiva.

5.5. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação do eventual prejuízo, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, legislação, páginas de livros, nomes dos autores, etc., com a juntada, sempre que possível, de cópia dos comprovantes e, ainda, exposição de motivos e argumentos.

5.6. A decisão do CIEE será irrecurável, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, não sendo aceita, ainda, revisão de recursos.

5.7. Se do exame de recurso resultar na anulação de questão integrante da prova, a pontuação

correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

5.8. A publicação da lista de classificação provisória será feita em **10/03/2022**.

5.9. O recurso contra a lista de classificação provisória deverá ser encaminhado ao endereço eletrônico recursos@cjee.org.br, até dia **11/03/2022**.

5.10. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de recursos, revisão de recursos e/ou recurso do gabarito oficial e resultado final.

5.11. Serão elaboradas listas de classificação de aprovados para cada curso, compreendendo:

- a) lista geral de ampla concorrência;
- b) lista das pessoas com deficiências;
- c) lista de autodeclarados negros ou pardos;

5.12. As listas citadas no item 5.11 serão elaboradas em ordem decrescente de classificação das notas obtidas, nos termos deste edital.

5.13. A publicação da lista de classificação final será feita em **16/03/2022**.

5.14. Do cronograma das etapas:

Etapas	Data
Inscrições e Provas On-line;	20/01/2022 até 19/02/2022
Publicação do gabarito provisório e caderno de questões;	21/02/2022
Interposição de recurso contra o gabarito provisório;	22/02/2022
Publicação das listas de classificação provisória e gabarito definitivo;	10/03/2022
Interposição de recurso contra a lista de classificação provisória;	11/03/2022
Publicação da lista final definitiva.	16/03/2022

5.15. O resultado servirá para o preenchimento das vagas existentes atualmente no TJ/GO, bem como para a formação de cadastro reserva, a ser utilizado pelo órgão segundo sua necessidade e conveniência para preencher as vagas de estágio durante o período de validade do processo.

5.16. A aprovação no processo seletivo gera para o candidato apenas expectativa de ser convocado para preencher a vaga de estágio.

5.17. O TJ/GO reserva-se do direito de convocar candidatos em número que atenda às necessidades e de acordo com a disponibilidade orçamentária e a existência de vaga de estágio.

6. DA CONVOCAÇÃO

6.1. A convocação para o estágio no TJ/GO será realizada pelo CIEE, de acordo com a ordem de classificação da lista final de aprovados.

6.2. Será considerado para convocação, o e-mail registrado no momento da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter atualizados os dados cadastrais no CIEE.

6.3. Para preenchimento de cada vaga de estágio, o candidato deverá se manifestar em até 24 horas após o recebimento do e-mail de convocação.

6.4. O candidato que confirmar o interesse na vaga e responder a convocação deverá comparecer no dia e horário estipulados pelo CIEE.

6.4.1. O candidato que não atender o item 6.4 será desclassificado.

6.5. No caso de o candidato não ser localizado na tentativa de contato realizada pelo CIEE, após 24 horas do envio da mensagem eletrônica, o mesmo será remanejado para o final de lista.

6.5.1. Em caso de reincidência, o candidato será desclassificado sumariamente.

6.6. Quando da convocação, se o candidato/estudante não estiver matriculado nos semestres ou anos previstos no item 1.1, o mesmo será eliminado do processo sumariamente.

6.7. O candidato que tiver interesse em solicitar sua realocação para o final da lista de classificados poderá fazê-la uma única vez, desde que realize tal pedido formalmente junto ao CIEE, mediante formalização para o e-mail estagiotjgo@ciee.org.br.

6.7.1. O candidato que for para o final da lista só poderá ser convocado para no máximo mais 01 (uma) vaga.

6.7.2. O candidato remanejado para o final da lista, convocado para nova vaga, deverá se manifestar em até 24 horas após o recebimento do e-mail de convocação.

6.8. A critério do TJ/GO e com a anuência do candidato aprovado, pode o estudante assumir uma vaga em comarca diferente daquela para a qual foi aprovado no processo seletivo, ato este que deverá ser realizado mediante declaração específica assinada pelo candidato, desde que não haja candidato aprovado na comarca para a qual o estudante pretenda ser transferido.

6.9. Quando da convocação, será exigida do candidato aprovado, a apresentação da certidão negativa/positiva do distribuidor criminal, a ser retirada através do link - <http://www.tjgo.br/index.php/requerimento-certidao-positiva-negativa> - após, abrir a tela e clicar na opção 1ºGrau/Pessoa Física/Criminal.

6.10. Os aprovados da lista de pessoa com deficiência serão convocados para preenchimento das vagas, conforme a seguir:

- a) 1ª (primeira) vaga aberta;
- b) 11ª (décima primeira) vaga aberta;
- c) 21ª (vigésima primeira) vaga aberta;
- d) e, assim, sucessivamente para cada localidade e curso conforme o surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do processo seletivo.

6.11. Os aprovados da lista de autodeclarados negros ou pardos serão convocados para preenchimento das vagas, conforme a seguir:

- a) 3ª (terceira) vaga aberta;
- b) 6ª (sexta) vaga aberta;
- c) 9ª (nona) vaga aberta;
- d) 13ª (décima terceira) vaga aberta;
- e) e, assim, sucessivamente para cada localidade e curso conforme o surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do processo seletivo.

6.12. Caso não existam estudantes selecionados com direito à reserva de vagas e em número suficiente para o preenchimento das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo, serão convocados estudantes da lista geral de ampla concorrência.

6.13. Não serão convocados os aprovados cujo término de curso seja inferior a 06 (seis) meses, a contar da data prevista para início do estágio.

6.14. Caso o candidato não tenha interesse no processo seletivo, poderá solicitar a sua desclassificação, mediante formalização para o e-mail estagiotjgo@cieee.org.br

6.15. O acompanhamento da convocação deverá ser realizado exclusivamente pelos sites do CIEE (www.cieee.org.br) e do TJ/GO (www.tjgo.jus.br). Não serão fornecidas informações via telefone e/ou e-mail.

7. DA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO E TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

7.1. A celebração do Acordo de Cooperação e Termo de Compromisso de Estágio será com base na Lei nº 11.788/08, de 25 de setembro de 2008.

7.2. A duração do estágio será de 02 (dois) anos consecutivos, sem prorrogação, exceto para o estagiário com deficiência, conforme prevê o art. 18 do Decreto Judiciário nº 2390/2013.

7.2.1. A vigência mínima do contrato de estágio deverá ser de 06 (seis) meses.

7.3. O CIEE orientará, por e-mail, os prazos e os documentos necessários para a retirada do TCE (Termo de Compromisso de Estágio), ficando o candidato aprovado responsável pelos trâmites das assinaturas junto às partes competentes.

7.4. A contratação estará sujeita às normativas do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, bem como às diretrizes da instituição de ensino.

7.5. A vigência do contrato de estágio de pessoa com deficiência poderá ser prorrogada até a data de conclusão do respectivo curso.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O processo seletivo terá validade de 12 (doze) meses a partir da publicação do resultado final definitivo, podendo, a critério do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, ser renovado por igual período.

8.2. A simples inscrição no presente Processo Seletivo autoriza o CIEE e o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás a utilizarem os dados inseridos ou transferi-los, mantendo-se a mesma finalidade para as quais foram fornecidos.

8.3. O ato da inscrição implicará em conhecimento das instruções e aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital.

8.4. Não será fornecido ao candidato comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no site do CIEE.

8.5. O Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE e o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao estudante decorrentes de e-mail não atualizado e/ou telefone não atualizado.

8.6. O aproveitamento dos candidatos aprovados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final.

8.7. Uma vez convocados, os candidatos aprovados que não comparecerem para formalização da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio no prazo determinado no ato da convocação, serão considerados desistentes, seguindo-se à convocação do próximo classificado.

8.8. O Tribunal reserva-se o direito de convocar candidatos em número que atenda às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e a existência de vagas de estágio.

8.9. As dúvidas surgidas no decorrer do processo, bem como os casos omissos, serão resolvidos pelo CIEE em conjunto com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

As dúvidas referentes ao processo seletivo poderão ser sanadas pela Central de Atendimento do CIEE, através do número 3003-2433 ou através do e-mail: eucandidato@ciee.org.br.

Publique-se.

Goiânia, 20 de janeiro de 2022.

Wanessa Oliveira Alves

Diretora de Recursos Humanos

ANEXO I - LOCALIDADE E CURSOS

UNIDADE	CURSO	VAGAS
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - GOIÂNIA	DIREITO PÓS-GRADUAÇÃO	CADASTRO RESERVA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - GOIÂNIA	PEDAGOGIA PÓS-GRADUAÇÃO	CADASTRO RESERVA

COMARCAS	CURSO	VAGAS
ABADIÂNIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
ACREÚNA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
ÁGUAS LINDAS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
ALEXÂNIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
ALVORADA DO NORTE	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
ANÁPOLIS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	SERVIÇO SOCIAL	CADASTRO RESERVA
	PSICOLOGIA	CADASTRO RESERVA
ANICUNS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
APARECIDA DE GOIÂNIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	SERVIÇO SOCIAL	CADASTRO RESERVA
	PSICOLOGIA	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
ARAÇU	DIREITO	CADASTRO RESERVA
ARAGARÇAS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
ARUANÃ	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
AURILÂNDIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA

BARRO ALTO	DIREITO	CADASTRO RESERVA
BELA VISTA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
BOM JESUS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
BURITI ALEGRE	DIREITO	CADASTRO RESERVA
CACHOEIRA ALTA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
CACHOEIRA DOURADA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
CAÇU	DIREITO	CADASTRO RESERVA
CAIAPÔNIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
CALDAS NOVAS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	PEDAGOGIA	CADASTRO RESERVA
CAMPINORTE	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
CAMPOS BELOS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
CARMO DO RIO VERDE	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
CATALÃO	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
CAVALCANTE	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
CERES	DIREITO	CADASTRO RESERVA
CIDADE OCIDENTAL	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
COCALZINHO	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
CORUMBÁ DE GOIÁS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
CORUMBAÍBA	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
CRISTALINA	DIREITO	CADASTRO RESERVA

	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
CRIXÁS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
CROMÍNIA	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
CUMARI	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
EDÉIA	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
ESTRELA DO NORTE	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
FAZENDA NOVA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
FIRMINÓPOLIS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
FLORES DE GOIÁS	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
FORMOSA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
FORMOSO	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
GOIANÁPOLIS	DIREITO	02 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
GOIANDIRA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
GOIANÉSIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
GOIÂNIA	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	ARQUITETURA	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
	DESIGN GRÁFICO	CADASTRO RESERVA
	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ENFERMAGEM	CADASTRO RESERVA
	ENGENHARIA CIVIL	CADASTRO RESERVA
	ENGENHARIA ELÉTRICA	CADASTRO RESERVA
	ENGENHARIA MECÂNICA	CADASTRO RESERVA
	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	CADASTRO RESERVA
HISTÓRIA	CADASTRO RESERVA	

	INFORMÁTICA	CADASTRO RESERVA
	JORNALISMO	CADASTRO RESERVA
	MUSEOLOGIA	CADASTRO RESERVA
	PEDAGOGIA	CADASTRO RESERVA
	PSICOLOGIA	CADASTRO RESERVA
	PUBLICIDADE	CADASTRO RESERVA
	SERVIÇO SOCIAL	CADASTRO RESERVA
GOIANIRA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
GOIÁS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	HISTÓRIA	CADASTRO RESERVA
	MUSEOLOGIA	CADASTRO RESERVA
GOIATUBA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
GUAPÓ	DIREITO	CADASTRO RESERVA
HIDROLÂNDIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
IACIARA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
INHUMAS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
IPAMERI	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
IPORÁ	DIREITO	CADASTRO RESERVA
ISRAELÂNDIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
ITABERAÍ	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
ITAGUARU	DIREITO	CADASTRO RESERVA
ITAJÁ	DIREITO	02 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
ITAPACI	DIREITO	CADASTRO RESERVA
ITAPIRAPUÃ	DIREITO	CADASTRO RESERVA
ITAPURANGA	DIREITO	CADASTRO RESERVA

ITAUCU	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
ITUMBIARA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	PSICOLOGIA	02 + CADASTRO RESERVA
	SERVIÇO SOCIAL	02 + CADASTRO RESERVA
IVOLÂNDIA	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
JANDAIA	DIREITO	02 + CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
JARAGUÁ	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
JATAÍ	DIREITO	CADASTRO RESERVA
JOVIÂNIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
JUSSARA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
LEOPOLDO DE BULHÕES	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
LUZIÂNIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	PSICOLOGIA	CADASTRO RESERVA
	SERVIÇO SOCIAL	CADASTRO RESERVA
MARA ROSA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
MAURILÂNDIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
MINAÇU	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
MINEIROS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
MONTES CLAROS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
MONTIVIDIU	DIREITO	CADASTRO RESERVA
MORRINHOS	DIREITO	CADASTRO RESERVA

	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
POSSE	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
QUIRINÓPOLIS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
RIALMA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
RIO VERDE	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	SERVIÇO SOCIAL	CADASTRO RESERVA
	PSICOLOGIA	CADASTRO RESERVA
	DIREITO	33 + CADASTRO RESERVA
RUBIATABA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
SANCLERLÂNDIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
SANTA CRUZ DE GOIÁS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
SANTA HELENA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
SÃO DOMINGOS	DIREITO	01+ CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
SÃO LUÍS MONTES BELOS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA

SÃO SIMÃO	DIREITO	CADASTRO RESERVA
SENADOR CANEDO	DIREITO	05 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
SERRANÓPOLIS	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
SILVÂNIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
TAQUARAL DE GOIÁS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
TRINDADE	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
TURVÂNIA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
URUAÇU	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
URUANA	DIREITO	CADASTRO RESERVA
URUTAÍ	DIREITO	CADASTRO RESERVA
VALPARAÍSO	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CADASTRO RESERVA
VARJÃO	DIREITO	01 + CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA
VIANÓPOLIS	DIREITO	CADASTRO RESERVA
	ADMINISTRAÇÃO	CADASTRO RESERVA

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nº	CURSO	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PÓS GRADUAÇÃO
01	DIREITO – PÓS GRADUAÇÃO	<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). 1.1. Normas processuais civis. 1.2. Função jurisdicional. 1.3. Ação. 1.3.1. Conceito, natureza, elementos e características. 1.3.2. Condições da ação. 1.3.3. Classificação. 1.4 Pressupostos processuais. 1.5. Preclusão. 1.6. Sujeitos do processo.</p> <p>1.6.1. Capacidade processual e postulatória. 1.6.2. Deveres das partes e procuradores. 1.6.3. Procuradores. 1.6.4. Sucessão das partes e dos procuradores. 1.7. Litisconsórcio. 1.8. Intervenção de terceiros. 1.9. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. 1.10. Ministério Público. 1.11. Advocacia Pública. 1.12. Defensoria Pública.</p> <p>1.13. Atos processuais. 1.13.1. Forma dos atos. 1.13.2. Tempo e lugar. 1.13.3. Prazos. 1.13.4. Comunicação dos atos processuais. 1.13.5. Nulidades. 1.13.6. Distribuição e registro. 1.13.7. Valor da causa. 1.14. Tutela provisória.</p> <p>1.14.1. Tutela de urgência. 1.14.2. Disposições gerais. 1.15. Formação, suspensão e extinção do processo. 1.16. Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. 1.16.1. Procedimento comum. 1.16.2. Disposições Gerais. 1.16.3. Petição inicial. 1.16.4. Improcedência liminar do pedido. 1.16.5. Audiência de conciliação ou de mediação. 1.16.6. Contestação, reconvenção e revelia. 1.16.7. Audiência de instrução e julgamento. 1.16.8. Providências preliminares e do saneamento. 1.16.9. Julgamento conforme o estado do processo. 1.16.10. Provas. 1.16.11. Sentença e coisa julgada. 1.16.12. Cumprimento da sentença. 1.16.13. Disposições Gerais. 1.16.14. Cumprimento. 1.16.15. Liquidação. 1.17. Procedimentos Especiais. 1.18. Procedimentos de jurisdição voluntária. 1.19. Processos de execução. 1.20. Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. 1.21. Livro Complementar. 1.21.1. Disposições finais e transitórias.</p>

		<p>2. Mandado de segurança. 3. Ação popular. 4. Ação civil pública. 5. Ação de improbidade administrativa. 6. Reclamação constitucional. 7. Lei no 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos). 7.1. Procedimentos. 8 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). 9. Assunção de competência (IAC). 10. Recursos. 11. Precedentes vinculantes. 12. Controle de constitucionalidade. 13. Ação rescisória. 14. Juizados especiais da fazenda pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</p> <p>DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1. Princípios fundamentais. 2. Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1. Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2. Normas programáticas. 3. Direitos e garantias fundamentais. 3.1. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. 4. Organização político administrativa do Estado. 4.1. Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. 5. Administração Pública. 5.1. Disposições gerais, servidores públicos. 6. Poder Executivo. 6.1. Atribuições e responsabilidades do Presidente da República. 7. Poder Legislativo. 7.1. Estrutura. 7.2. Funcionamento e atribuições. 7.3. Processo legislativo. 7.3.1. Processo legislativo federal: conceito, espécies normativas, modalidades, fases. 7.3.2. Processo legislativo estadual, distrital e municipal: Normas constitucionais federais aplicáveis. 7.3.3. Processo legislativo na Constituição do Estado de Goiás. 7.3.4. Elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e atos normativos federais e estaduais. 7.4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.5. Comissões parlamentares de inquérito. 8. Poder Judiciário. 8.1. Disposições gerais. 8.2. Órgãos do Poder Judiciário. 8.2.1. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 8.2.1.1. Composição e competências. 9 Funções essenciais à justiça. 9.1. Ministério Público, Advocacia Pública. 9.2. Advocacia Privada e Defensoria Pública. 9.3. Conselho Nacional do Ministério Público. 9.4. Procuradoria-Geral de Goiás na Lei Orgânica e na respectiva legislação complementar.</p>
--	--	--

		<p>10. Controle de constitucionalidade. 10.1. Controle Judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões. 10.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação e por Omissão. 10.3. Ação Declaratória de Constitucionalidade. 10.4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 10.5. Representação Interventiva. 10.6 Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 10.7. Recurso Extraordinário. 10.8. Súmula Vinculante. 10.9. Reclamação Constitucional.</p> <p>10.10. Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos. 10.11. Controle de constitucionalidade nos Estados e no Distrito Federal. DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Estado, governo e administração pública. 1.1. Conceitos. 1.2. Elementos. 2. Direito administrativo. 2.1. Conceito. 2.2 Objeto. 2.3. Fontes. 3. Ato administrativo. 3.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2. Extinção do ato administrativo. 3.2.1. Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3. Decadência administrativa. 4. Agentes públicos do Estado de Goiás. 4.1. Disposições constitucionais aplicáveis. 4.2. Disposições doutrinárias. 4.2.1. Conceito. 4.2.2. Espécies. 4.2.3. Cargo, emprego e função pública. 4.2.4. Provimento. 4.2.5. Vacância. 4.2.6. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.2.7. Remuneração. 4.2.8. Direitos e deveres. 4.2.9. Responsabilidade. 4.2.10. Processo administrativo disciplinar. 4.3. Lei nº 20.756/2020 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás e suas Autarquias). 5. Poderes da administração pública. 5.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2. Uso e abuso do poder. 6. Regime jurídico-administrativo. 6.1. Conceito. 6.2. Princípios expressos e implícitos da administração pública. 7. Responsabilidade civil do Estado. 7.1. Evolução histórica. 7.2. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 7.2.1. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.2.2. Responsabilidade por omissão do Estado. 7.3. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.4. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.5. Reparação do dano. 7.6. Direito de regresso.</p>
--	--	--

		<p>8. Serviços públicos. 8.1. Conceito. 8.2. Elementos constitutivos. 8.3. Formas de prestação e meios de execução. 8.4. Delegação. 8.4.1. Concessão, permissão e autorização. 8.5. Classificação.</p> <p>8.6. Princípios. 9. Organização administrativa. 9.1. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 9.2. Administração direta e indireta. 9.3. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.4. Entidades paraestatais e terceiro setor. 9.4.1. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. 10. Controle da administração pública. 10.1. Controle exercido pela administração pública. 10.2. Controle judicial. 10.3. Controle legislativo. 10.4. Improbidade administrativa. 10.4.1. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações. 11. Processo administrativo. 11.1. Lei Estadual nº 13.800/2001. 12. Licitações e contratos administrativos. 12.1. Legislação pertinente. 12.1.1. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 12.1.2. Lei nº 10.520/2002. e demais disposições normativas relativas ao pregão. 12.1.3. Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços). 12.1.4. Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). 12.2. Fundamentos constitucionais. 12.3. Leis Estaduais 17.928/2012, 15.503/2005, 12.4. Decreto Estadual nº 9.666/2020. 12.5 Lei Complementar Federal nº 101/2000. 12.6. Lei Federal nº 4.320/1964. DIREITO EMPRESARIAL: 1. Teoria Geral da Empresa; 2. Contratos Empresariais; 3. Direito Falimentar; 4. Títulos de Crédito; 5. Direito Societário. DIREITO DO CONSUMIDOR: 1. Lei nº 8.078/1990 e suas alterações. DIREITO CIVIL: 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2. Conflito das leis no tempo. 1.3. Eficácia das leis no espaço. 2. Pessoas naturais. 2.1. Conceito. 2.2. Início da pessoa natural. 2.3. Personalidade. 2.4. Capacidade. 2.5. Direitos da personalidade. 2.6. Domicílio. 3. Pessoas jurídicas. 3.1. Disposições Gerais. 3.2. Constituição. 3.3. Extinção. 3.4. Sociedades de fato. 3.5. Associações. 3.6. Fundações. 4. Bens imóveis, móveis e públicos. 5. Fato jurídico. 6. Negócio jurídico. 6.1. Disposições gerais. 6.2. Invalidez. 7. Prescrição. 7.1. Disposições gerais. 8. Decadência.</p>
--	--	--

		9. Obrigações. 9.1. Características. 9.2. Adimplemento pelo pagamento. 9.3. Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e mora. 10. Contratos. 10.1. Princípios. 10.2. Contratos em geral. 10.3. Disposições gerais. 11. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. 11.1. Obrigação de indenizar. 11.2. Dano material. 11.3. Dano moral. 12. Direitos Reais. 12.1. Posse.
02	PEDAGOGIA – PÓS-GRADUAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL: Teorias da educação; História Social da Infância e Políticas Públicas para a Educação Infantil; Educação Infantil, Famílias e Práticas Sociais; Fundamentos teóricos metodológicos da educação infantil; Educação infantil e pesquisa; Desenvolvimento e aprendizagem da criança de 0 a 6 anos; Arte, educação e infância: fundamentos teóricos e metodológicos; Gestão e Organização da Educação Infantil; Linguagem, letramento e literatura infantil.

Nº	CURSO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL SUPERIOR
01	ADMINISTRAÇÃO	Planejamento Organizacional: 1. Conceitos e princípios de planejamento. 2. Natureza e importância do planejamento. 3. Partes e tipos de planejamento. 4. O ambiente de planejamento. 5. Planejamento como processo e sistema. 6. A organização e operacionalização do planejamento. 7. Métodos e técnicas de planejamento. 8. Conceitos e Ferramentas da Qualidade Administração Pública: 1. Conceito, elementos, poderes; organização e estrutura administrativa, órgãos públicos. 2. Agentes Públicos. 3. Atividades Administrativas: conceitos, natureza, fins e princípios básicos. 4. Atos Administrativos: conceito e requisitos, atributos, classificação, anulação e revogação, efeitos. 5. Noções básicas de Licitações (Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021), Licitações na Modalidade pregão (Lei 10.520/02 e Decreto 3.555/2000) e Sistema de Registro de Preço (Decreto 3.931/2001).
02	ARQUITETURA E URBANISMO	Autocad 2D/3D, Sketchup ou REVIT; NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura; NBR 6118 - Noções de estrutura; Noções de tecnologia das construções; Noções de conforto ambiental; NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; Lei de Uso do Solo e Código de Obras e Edificações do Município; Lei n.15.802 de 11/09/2006 – Código estadual de proteção contra incêndio, explosão, pânico e desastres.
03	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1 – CONTABILIDADE: Conceito de contabilidade, finalidade e campo de atuação, objetivos da contabilidade e usuários da contabilidade. 2 – PATRIMÔNIO: Conceito, aspectos patrimoniais, disposição gráfica dos componentes patrimoniais, situação líquida do patrimônio. 3 – ESCRITURAÇÃO: Finalidade e classificação, variações patrimoniais, fatos contábeis, métodos de escrituração, lançamentos contábeis, medidas preliminares para encerramento do exercício. 4 – CONTAS: Conceito, estrutura e classificação das contas.

		<p>5 – LIVROS DE ESCRITURAÇÃO: Livros contábeis, livros sociais e livros fiscais.</p> <p>6 – PLANO DE CONTAS: Conceito, elenco de contas, nomenclatura, função e funcionamento das contas.</p> <p>7 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Balancete de verificação, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Classificação das contas no balanço patrimonial. Outras demonstrações exigidas pela Lei 6.404/76.</p>
04	DESIGN GRÁFICO	<p>Elaboração de projetos gráficos</p> <ul style="list-style-type: none"> - relações entre produção gráfica e desenvolvimento de projetos; - manipulação de equipamentos gráficos digitais; - preparação de imagens e ilustrações vetoriais; - controle de resolução de imagens; - aplicação e desenvolvimento de identidade visual; - tipografia e diagramação; - teoria das cores em produção gráfica; - principais softwares de editoração eletrônica. <p>Acompanhamento e produção gráfica</p> <ul style="list-style-type: none"> - fechamento de arquivos para impressão; - principais processos de impressão digital e convencional; - características e aplicações dos principais suportes de impressão; - recursos de acabamento e encadernação de projetos gráficos; - aplicação de tintas e vernizes especiais em produção gráfica; - controle e separação de cores; - impressão sob demanda.
05	DIREITO	<p>Direito Penal:</p> <p>1. Fontes do direito penal. 2- Interpretação da lei penal. 3- Aplicação da lei penal. 4- Princípios constitucionais do direito penal. 5- Irretroatividade. Retroatividade. Extraterritorialidade. Lei penal em branco. 6- A lei penal no espaço e sua eficácia. Territorialidade. Extraterritorialidade. Imunidades. Extradicação, Deportação e expulsão. 7- Lugar do crime. 8- Conflito aparente de normas. 9- Conceito de crime. Sujeitos do crime. Objeto do crime. Classificação das infrações penais. Elementos do crime: Ação (Dolo e Culpa), omissão, nexos causal e resultado. 10- Imputabilidade e inimputabilidade.</p> <p>Direito Civil:</p> <p>1. Pessoas naturais. Incapacidades. Fim da personalidade. A morte como causa de extinção da personalidade. 2- Registro público. 3- Direitos da personalidade. 4- Pessoa jurídica. Natureza jurídica. Classificação. Constituição da pessoa jurídica. Grupos despersonalizados. Responsabilidade da pessoa jurídica. 5-Domicílio. 6- Bens. Conceito. Classificação. Patrimônio. 7- Fatos Jurídicos. Conceito. Classificação. Classificação dos direitos. Modos de aquisição dos direitos. 8- Negócios jurídicos. 8- Representação. Conceito e origem. Vinculação ao representado. Contrato consigo mesmo. Atos praticados contra o interesse do representado. Anúncio. 9- Defeitos dos negócios jurídicos. Conceito. Erro. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores.</p>
06	ENFERMAGEM	1 - Introdução à Enfermagem; 2 - Enfermagem Médica, Cirúrgica, Obstétrica, Pediátrica e Saúde Pública.
07	ENGENHARIA CIVIL	Prática nos softwares Autocad 2D e Excel, NBR 6492 – Representação de Projetos de Arquitetura; Noções de Estrutura, Técnicas de Construção; Instalações Elétricas Prediais; Instalações Hidrossanitárias Prediais e

		Materiais de Construções.
08	ENGENHARIA ELETRICA	Sistemas de unidades; Lei de Ohm, potência e energia; Associação de resistores; Medidores de grandezas elétricas; Máxima transferência de potência; Leis de Kirchhoff; Resolução de malhas; Superposição; Equivalentes de Thevenin-Norton; Capacitância e indutância; Circuitos RC, RL e RLC em CA senoidal; Comando de lâmpadas por interruptor simples, paralelo e intermediário; Transitório em circuitos de primeira ordem; Diodos: curvas características; Circuitos a diodo; Regiões de operação do transistor bipolar de junção (BJT); Amplificador BJT para pequenos sinais; Transistor bipolar como chave; Princípios do transistor de efeito de campo (FET); Conceitos e equações básicas de mecânica dos fluidos e de termodinâmica; Classificação dos materiais segundo a aplicação do campo magnético; Circuitos polifásicos simétricos e assimétricos; Circuitos com amplificador operacional; Princípios dos motores: CC, CA síncrono e de indução; Princípio dos transformadores; Ligações estrela/triângulo; Desenho de instalações elétricas; Luminotécnica: método dos lumens; Álgebra de Boole, circuitos combinacionais; Dispositivos básicos de memória, circuitos sequenciais; Introdução à programação: estruturas de controle de fluxo (decisões e repetições).
09	ENGENHARIA MECÂNICA	Informática: pacote MS Office, Autocad 2D, Windows 10; Instalações de ar condicionado: sistema Split, sistema VRF, ar condicionado central com resfriadores de líquido (chillers e fancoils), NBR 16401-1, NBR 16401-2; Elevadores de passageiros: princípios de funcionamento, diferentes tipos, normas NM 207; Compressores industriais: tipos, princípios de funcionamento, dimensionamento e aplicações; Refrigeração: ciclos termodinâmicos de refrigeração; Materiais: materiais de construção mecânica, ensaios mecânicos de materiais, diagrama Fe-C, tratamentos térmicos; Processos de soldagem: MIG/MAG e TIG; Manutenção: conceitos básicos de manutenção, gestão estratégica de manutenção, tipos de manutenção (corretiva, preventiva e preditiva), plano de manutenção, operação e controle (PMOC); Mecânica dos sólidos, estática e dinâmica de corpos rígidos; Mecânica dos fluidos: hidrostática, hidrodinâmica.
10	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	ADMINISTRAÇÃO GERAL: Evolução da Administração – principais abordagens da administração (Clássica até contingencial). Processo Administrativo – funções de administração: planejamento, organização, direção e controle. Gestão Estratégica (Planejamento Estratégico): visão, missão, área de negócio, valores, estratégias de Porter, forças competitivas, análise SWOT, BSC – Balanced Scorecard e mapa estratégico. RECURSOS HUMANOS: Conceito, Objeto, O papel da administração de recursos humanos, Principais características, objetivos e dificuldades. COMUNICAÇÃO INTERNA: Técnicas e Ferramentas de Comunicação; Importância e benefícios da Comunicação Interna; Barreiras de Comunicação. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO: O que é T&; Processos de Treinamento; Plano de Desenvolvimento; Aprendizagem Corporativa; Resultados e Controle de Treinamento. CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL: Clima e Cultura Organizacional conceitos; Relação entre clima e cultura organizacional; Fatores que influenciam o clima organizacional; Clima organizacional e produtividade no trabalho. GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIA: Conceitos de competências; Vantagens da gestão de competências.
11	HISTÓRIA (Bacharelado)	Patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Goiás; Fontes primárias da história; Conservação do patrimônio; Estudos de metodologia e pesquisa histórica; Manuscritos; Técnicas de arquivos.

12	INFORMÁTICA	Sistema Operacional Microsoft Sistema Operacional Linux Pacote BR Office Redes de Computadores Manutenção de Computadores
13	JORNALISMO	1 Gêneros Jornalísticos. 2 Notícia: conceito, barriga, notas, nariz de cera, elementos, classificação, tipos de lead, suíte. 3 Linguagem Jornalística: conceitos e tipos. 4 Objetividade Jornalística. 5 Reportagem: pauta, fontes, pesquisa, planejamento, tipos. 6 Cobertura Jornalística. 7 Entrevista: conceito, classificação, conteúdo e preparativos. 8 Foco Narrativo. 9 Processo de construção do texto jornalístico: narração, descrição, exposição e diálogo. 10 Editoração de Textos. 11 Títulos.
14	MUSEOLOGIA	Museologia e sua reivindicação; Introdução à história dos museus; Museus Históricos; Tipologia de museus: dos Museus Tradicionais aos Museus Comunitários; Noções básicas sobre organização e gestão de museus; Museografia, expografia e comunicação; Os museus e seus públicos.
15	PEDAGOGIA	Didática: Objeto de estudo da didática e Ensino- aprendizagem, Teorias da Educação, Planejamento educacional, Prática pedagógica, A pedagogia de projetos, Interdisciplinaridade e Transversalidade, Fundamentos da Educação Inclusiva, Alfabetização e Letramento, Educação Infantil.
16	PSICOLOGIA	PSICOLOGIA JURÍDICA: Histórico da Psicologia Jurídica; Funções e atribuições do psicólogo na Psicologia Jurídica; Campos de atuação da Psicologia Jurídica. DOCUMENTOS PSICOLÓGICOS: conceito, finalidade e estrutura; Princípios norteadores na elaboração de documentos psicológicos; Modalidades de documentos psicológicos; Elaboração de dados e redação de documentos psicológicos. Psicologia da Personalidade.
17	PUBLICIDADE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Origem e evolução da Publicidade no Brasil e no Mundo. 2. Conceituação de Publicidade e Propaganda. Noções de planejamento em Publicidade e Propaganda. 3. Introdução aos veículos de comunicação. O Profissional Publicitário. A relação do profissional com a agência, cliente, fornecedor e os veículos. 4. Análise do discurso publicitário. 5. Noções e conceitos básicos do funcionamento da agência de publicidade. As áreas funcionais da agência. O briefing e a comunicação com o cliente. 6. O Surgimento do Conceito de Marketing e sua Evolução. 7. A influência da comunicação sobre a atitude e o comportamento de seus membros. 8. Meios de Comunicação em massa. 9. Conceitos básicos do planejamento de mídia. 10. A Internet como mídia interativa. 11. Planejamento de mídia a partir do Plano de Marketing: integração teoria-prática. 12. Propaganda e regulação.
18	SERVIÇO SOCIAL	1 - Fundamentos Históricos e teóricos do serviço social e a dimensão política da profissão. 2. Defesa e garantia dos direitos do cidadão no processo de inclusão/exclusão social no sistema capitalista. 3. Vulnerabilidade social. 4. Programas e Projetos Sociais. 5. Pesquisa, planejamento e gestão de serviços

		nas diversas áreas sociais. 6. Trabalho em equipe interdisciplinar e multidisciplinar. 7. Instrumentalidade do Serviço Social: estudo de caso, técnicas de entrevista, elaboração de relatório, laudos e pareceres, trabalho com redes sociais; trabalho com a família e com a comunidade. 8. Estatuto da criança e do adolescente. 9. Estatuto do Idoso. 10. Lei orgânica da Assistência Social – LOAS. 11. A Política de Assistência Social e demais dispositivos que a atualizam; Sistema Único da Assistência Social. 12. Código de Ética Profissional do Assistente Social.
--	--	--

CONHECIMENTOS GERAIS

Nº	CURSO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL SUPERIOR
01	ATUALIDADES	Conteúdos de notícias publicadas nos últimos 6 (seis) meses nos principais jornais, revistas e sites sobre política, economia, cultura, aspectos sociais e demográficos de Goiás.
02	INFORMÁTICA BÁSICA	Hardware e Software, Sistemas Operacionais: WINDOWS XP e VISTA, LINUX, Redes de Computadores, Aplicativos de Escritório: Br Office, Ms Office, Ferramentas de Gerenciamento de Conteúdo – CMS: (Joomla, Drupal), Aplicativos de Editoração Gráfica: PHOTOSHOP, COREL DRAW, INSIDE)
03	LÍNGUA PORTUGUESA	Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Gêneros textuais. Variedades lingüísticas semântica do texto. Coesão e coerência textual. Ortografia. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes de palavras. Sintaxe de colocação. Sintaxe de concordância nominal e verbal. Sintaxe de regência nominal e verbal (ocorrência de crase). Emprego dos sinais de pontuação

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Preencher com letra de forma)

Eu, _____, carteira de identidade (RG) n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, estudante do curso de _____, para fins de inscrição no processo seletivo de estágio do Poder Judiciário do Estado de Goiás, conforme estabelecido no edital nº 04/2021, declaro optar pela participação na condição de estudante cotista, de acordo com a especificação assinalada abaixo:

preto(a)

pardo(a)

Declaro, ainda, estar ciente de que poderá ocorrer meu desligamento do estágio na hipótese de ser aprovado (a) em todas as fases do processo seletivo e ingressar como estagiário (a) do Poder Judiciário do Estado de Goiás na condição de cotista se for constatada, a qualquer tempo, a não veracidade desta declaração.

O quesito cor ou raça será o utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Goiânia, _____ de _____ de 2021.

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 485462843286 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202110000300527

WANESSA OLIVEIRA ALVES

DIRETOR(A) DE RECURSOS HUMANOS

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Assinatura CONFIRMADA em 11/01/2022 às 09:53

